REPRODUÇÃO ABAG



FÓRUM AGRO: BRASIL PROTAGONISTA

Participantes do evento da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), realizado em 31 de janeiro último, em São Paulo, avaliam que a cooperação e o diálogo serão fundamentais para equalizar pontos do Pacto Verde Europeu (Green Deal), tendo em consideração as especificidades e as legislações dos países exportadores de produtos para a União Europeia (UE).

PAINEL 1: O QUE É O GREEN DEAL E O QUE PODE NOS TRAZER DE DESAFIOS?

BASEADAS APENAS na realidade da UE, ou seja, na agricultura do mundo temperado, as regras são bastante distintas da agricultura de um país de clima tropical. "O mundo necessita de cooperação, e não de sanções, ainda mais em tempos de insegurança alimentar, um conflito armado e mudanças significativas no comércio global", disse Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da ABAG e moderador do painel.

"A União Europeia possui um sistema democrático avançado, mas percebeu que, sozinha, não será capaz de cumprir com as metas de descarbonização. Por isso, incluiu as cadeias produtivas. Contudo, há uma grande distorção de realidade entre o mundo temperado e o mundo tropical que precisa ser discutida. Além disso, as regras unilaterais impostas chocam-se com os princípios de multilateralidade, de trabalho conjunto entre países", acrescentou o moderador.

Na análise de Carvalho, "as regras não tratam da abertura do mercado europeu até 2050 e desconsideram o uso de biomassa para as soluções de bioeconomia. Percebe-se que o foco está na prevenção e na proteção, mesmo neste momento de instabilidade alimentar no mundo". Outro ponto é que a Lei Antidesmatamento não aborda a questão do desmatamento legal ou ilegal, trata empresas de capital aberto e fechado da mesma maneira e não esclarece como será comprovada a questão dos produtos sensíveis. Os Estados Unidos também estão elaborando o seu programa verde para discutir esses itens com outros países, por meio de um questionário.

Ingo Plöger, vice-presidente e coordenador do Comitê de Relações Internacionais da ABAG, delineou um rápido histórico sobre a criação e as metas do Green Deal. Ele pontuou que "a proposta trazida pela UE como nova agenda internacional comete o erro maior de internacionalizar conceitos bons para os países do bloco, mas que não são bons para o resto do Planeta. É um plano excelente do ponto de vista interno. Eles são transparentes, citando os riscos e as medidas para diminuí-los". A atuação do Brasil tem como objetivo que as instituições e os produtores da UE vejam a estrutura agrícola brasileira como sustentável.

Segundo Elias Antônio de Luna e Almeida Santos, ministro-conselheiro e chefe do setor Econômico e Comercial da Missão do Brasil junto à UE, o Brasil expressa preocupação pelo caráter unilateral das medidas. Para melhorar a narrativa da agricultura brasileira, é preciso mostrar os resultados da redução de desmatamento. "O nosso discurso tem ressaltado a realidade brasileira, cujos objetivos são de desenvolvimento sustentável e preservação ambiental. Porém, os meios para alcançar essas metas não precisam ser iguais para todos, devido às particularidades de cada país e região", declarou.

Sueme Mori, diretora de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), lembrou o princípio das responsabilidades compartilhadas, porém diferenciadas, pois é importante considerar as diferenças entre os países, com legislações distintas. Ao seu ver, o Green Deal pode trazer impactos para o Brasil, pois, se este for classificado como de alto risco, o importador irá trocar de fornecedor, pois é quem arca com os custos. A diretora comentou que, em uma "reunião recente com representantes da UE, abriu a janela de oportunidade para dialogar com o agro nacional, levando as suas propostas para atender as regras estabelecidas".

Ingo Melchers, diretor do Diálogo Agropolítico Brasil-Alemanha (APD), considera a descarbonização das economias europeia e global como um caminho sem volta e de grande agenda atual. Por isso, o Green Deal vem atender não apenas esse objetivo, mas uma exigência da sociedade europeia, que não quer mais contribuir com o desmatamento. "Essa foi a reação dos legisladores europeus diante da demanda da sociedade", afirmou. Na sua opinião, a bioeconomia é uma questão importante como vetor de inovação, desenvolvimento e intercâmbio tecnológico.



REPRODUÇÃO ABAG

REPRODUÇÃO ABAG



PAINEL 2: OS EFEITOS E RISCOS PARA A ECONOMIA E PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Ingo Plöger, na condição de moderador, fez uma ponderação sobre a reação do eleitor europeu tendo em vista os custos adicionais advindos do cumprimento das mudanças necessárias para atender o Green Deal. "Como haverá encarecimento nos preços dos produtos a serem pagos pelos cidadãos europeus, vem a questão de se, com tudo isso, haverá diminuição no desmatamento. Caso isso não ocorra, o cidadão perceberá o alto preço pago por uma política ineficaz. A grande maioria dos produtos exportados do Brasil para a UE já é certificada", apontou o moderador.

Francisco Turra, ex-ministro do Ministério da Agricultura e presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), afirmou que haverá uma caminhada até o diálogo para a construção de novas alternativas, uma vez que a discussão internacional está focada na fome no mundo. "O Brasil precisa explicar para o mundo que sabe produzir alimentos e com sustentabilidade. Assim, a transparência é a melhor estratégia", considerou.

Tulio Dias, diretor de Sustentabilidade da Agropalma, comentou sobre as novas tecnologias de georreferenciamento e geolocalização, que podem atuar no combate ao desmatamento ilegal, sendo um instrumento importante para as cadeias produtivas brasileiras. "Para que seja positiva e consistente, a narrativa precisa ser acompanhada de posicionamentos claros nas questões sociais e ambientais, o que significa diminuir as taxas de desmatamento para torná-lo um bom ativo de comunicação, contribuindo para melhorar a posição do Brasil nas mesas de negociação", esclareceu.

A preocupação do setor de óleo de palma e das demais cadeias produtivas é que a aplicação da política europeia terá maiores impactos sobre os pequenos e os médios produtores. "A menor capacidade de gestão estratégica, a dificuldade de linguagem e comunicação para se engajar com o cliente direto e a menor capacidade de investimento para fazer as adequações necessárias são fatores que os deixarão mais expostos do lado de fora das cadeias produtivas importantes", elencou Dias.

Rodrigo Lima, sócio-diretor da Agroicone e consultor da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), defendeu a produção eficiente na pecuária, que reduza os impactos ambientais. Ele citou, por exemplo, a meta do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura para o ciclo de 2021 a 2030 (Plano ABC+), de restaurar 30 milhões de hectares de pastagens degradadas e de expandir sistemas de integração por meio da integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). "A agricultura que não recuperar áreas degradadas se tornará improdutiva", pontuou. Nesse contexto, cabe enfatizar a importância da inovação e da tecnologia para o avanço do agronegócio. ■